

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.202 - AM (2019/0326309-1)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE AMAZONAS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE
TRABALHO DE MANAUS - AM
INTERES. : DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER
ADVOGADOS : GUSTAVO MICHELOTTI FLECK - DF021243
CAIRO LUCAS MACHADO PRATES - SC033787
LUIZ ANTONIO DA SILVA JUNIOR - AM011811
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : KARINA BROZE NAIMEG GROSSI

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 8ª Vara do Juizado Especial da Seção Judiciária do Estado de Amazonas e o Juízo de Direito da 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus – AM, nos autos de ação ajuizada por Daiana Kelly Bandeira Spener em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social, na qual postula a concessão de auxílio-acidente ou o restabelecimento do auxílio-doença com conversão em aposentadoria por invalidez.

O Juízo Estadual declinou de sua competência em favor do Juízo Federal, consignando que não restou comprovado o nexo causal entre o acidente e a incapacidade alegada pela parte autora (e-STJ fl. 122).

O Juízo Federal, por sua vez, suscitou o conflito por consignar que a Justiça Estadual é competente para processar e julgar as ações "nas quais a parte autora requer concessão, reajuste, revisão de cálculo e restabelecimento de benefício previdenciário decorrente de acidente de trabalho, em razão de o objeto da causa manter a natureza acidentária" (e-STJ fl. 141).

O Ministério Público Federal opinou pela declaração da competência da Justiça Estadual (e-STJ fls. 155/158).

Passo a decidir.

A competência *ratione materiae*, em regra, é determinada em função da natureza jurídica da pretensão deduzida, sendo esta caracterizada pelo pedido e pela causa de pedir, o que, como é cediço, deve ser aferida em momento anterior à solução da controvérsia.

A propósito:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. DEMANDA DEDUZINDO PEDIDOS PARA

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. COMPETÊNCIA ESTABELECIDADA LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada). Precedentes: CC 51.181-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 20.03.2006; AgRg no CC 75.100-RJ, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.11.2007; CC 87.602-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22.10.2007.

2. No caso, a autora ajuizou, em face do INSS, pedidos para concessão de benefícios previdenciários (e não de natureza acidentária). Nos termos como proposta, a causa é da competência da Justiça Federal.

3. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça Federal, a suscitada.

(CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/03/2012, DJe 03/04/2012) (Grifos acrescidos).

Da análise dos autos, depreende-se que o pleito consiste na concessão de auxílio-acidente ou restabelecimento de auxílio-doença cumulado com aposentadoria por invalidez, em virtude de doença ocupacional, que se equipara a acidente de trabalho (e-STJ fl. 6). Consoante as Súmulas 15 do STJ e 501 do STF, compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.

Confirmam-se os antecedentes:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA, DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO. SÚMULAS 15/STJ E 501/STF. TRABALHADOR AUTÔNOMO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na linha dos precedentes desta Corte, "compete à Justiça comum dos Estados apreciar e julgar as ações acidentárias, que são aquelas propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social, visando ao benefício, aos serviços previdenciários e respectivas revisões correspondentes ao acidente do trabalho.

Incidência da Súmula 501 do STF e da Súmula 15 do STJ" (STJ, AgRg no CC 122.703/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/06/2013) II. É da Justiça Estadual a competência para o julgamento de litígios decorrentes de acidente de trabalho (Súmulas 15/STJ e 501/STF).

III. Já decidiu o STJ que "a questão referente à possibilidade de concessão de benefício acidentário a trabalhador autônomo se encerra na competência da Justiça Estadual" (STJ, CC 82.810/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJU de 08/05/2007). Em igual sentido: STJ, CC 86.794/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, DJU de 01/02/2008.

IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no CC 134.819/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2015, DJe 05/10/2015).

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DOENÇA PROFISSIONAL EQUIPARADA A ACIDENTE DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1 - Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação objetivando indenização em razão de doença profissional equiparada a acidente do trabalho.

2 - Agravo regimental improvido. (AgRg no CC 43.191/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/09/2004, DJ 27/09/2004, p. 199)

Ante o exposto, com base no art. 955, parágrafo único, I, do CPC de 2015, CONHEÇO do presente conflito para declarar competente para a causa o Juízo de Direito da 19ª Vara Cível e Acidentes de Trabalho de Manaus – AM, o suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator